



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PMSP**  
**Secretaria Municipal de Gestão - SMG / Secretaria Municipal de Educação - SME**

**Concurso Público para Provimento de Cargos de**  
**Coordenador Pedagógico**

Caderno de Prova, Cargo S14, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
<b>Conhecimentos Gerais</b> <b>Conhecimentos Específicos</b> <b>Dissertativa</b>

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém as três questões da Prova Dissertativa e respectivo espaço para os rascunhos.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- transcrever as respostas da Prova Dissertativa na Folha de Respostas apropriada, no espaço destinado à questão.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em hipótese alguma os rascunhos das questões da Prova Dissertativa serão corrigidos.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas, bem como para responder as questões da Prova Dissertativa e transcrever as respectivas respostas na Folha de Respostas correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões, a Folha de Respostas da Prova Objetiva, bem como a Folha de Respostas da Prova Dissertativa.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Agosto/2007

**CONHECIMENTOS GERAIS**

1. Segundo o texto da Constituição Federal de 1988, o dever do Estado para com a educação será efetivado, entre outras formas, por meio:

- (A) da municipalização gradativa do ensino fundamental.
- (B) do atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- (C) do atendimento obrigatório, pela União, de 10% das matrículas de ensino médio em escolas técnicas federais.
- (D) da garantia de bolsas de estudo em escolas privadas próximas à residência do aluno, no caso do poder municipal não atender à demanda por educação infantil.
- (E) da extensão da obrigatoriedade à toda educação básica, no prazo de dez anos a contar do início da vigência da Emenda Constitucional nº 14/96.

2. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei 9.394/96, compete aos municípios, entre outras coisas:

- (A) autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino e os estabelecimentos de educação básica da rede privada existentes na cidade.
- (B) oferecer, complementarmente, formação de professores em nível superior, em instituições municipais especialmente criadas para este fim, ou através de convênios, com universidades oficiais.
- (C) exercer ação redistributiva em relação a todas as suas escolas e às de ensino fundamental da rede estadual.
- (D) assumir o transporte escolar dos alunos, desde que comprovado estado de pobreza da família e a distribuição de merenda a todos os alunos do ensino fundamental.
- (E) organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.

3. Segundo a LDB, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- (A) elaborar e executar sua proposta pedagógica e administrar seu pessoal, seus recursos materiais e financeiros.
- (B) velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente, prevendo em seu Regimento regras para sua consecução.
- (C) oferecer, em horário alternado ao período letivo, a recuperação dos alunos de menor rendimento.
- (D) criar processos de integração da sociedade com a escola, inclusive por meio de aulas não obrigatórias de ensino de religião e de outras atividades de formação cultural.
- (E) informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos do ensino fundamental, bem como sobre a execução, por parte deles, da proposta pedagógica da escola.

4. De acordo com o art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90, entende-se por trabalho educativo, a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando

- (A) são executadas através da oferta de bolsa-aprendizagem.
- (B) são traduzidas em habilidades e competências.
- (C) prevalecem sobre o aspecto produtivo.
- (D) não implicam qualquer remuneração ao adolescente.
- (E) correspondem às atividades de aprendiz.

5. Em se tratando de uma perspectiva de educação inclusiva, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos,

- (A) não devendo haver diferenciação na estrutura curricular tendo em vista a garantia da mesma qualidade em educação para todos.
- (B) cabendo aos sistemas de ensino e às famílias garantirem o atendimento em unidades educacionais especializadas para os educandos com necessidades educacionais especiais.
- (C) devendo os Conselhos Estaduais de Educação se pronunciarem em relação às orientações pedagógicas para o atendimento aos educandos surdos.
- (D) cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.
- (E) não sendo necessário que os sistemas de ensino mantenham setores especializados para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, tendo em vista sua matrícula em classes comuns.

6. De acordo com o Estatuto do Magistério Público Municipal da cidade de São Paulo, são deveres dos profissionais do ensino:

- (A) conhecer e respeitar as leis; comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza.
- (B) participar dos órgãos auxiliares da gestão escolar, pelo menos uma vez a cada cinco anos de exercício profissional.
- (C) participar das assembleias convocadas para escolha de seus pares junto aos órgãos colegiados de gestão escolar.
- (D) tomar conhecimento dos resultados constantes de seu Boletim de Avaliação de Desempenho cabendo recurso somente nos casos de divergência sobre a assiduidade.
- (E) receber bimensalmente os pais ou responsáveis de seus alunos para lhes informar sobre os desempenhos escolares e rendimentos nas provas nacionais ou estaduais realizadas.

<p>7. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a avaliação não deve ser responsabilidade apenas do professor. É proposta que esta seja realizada também pelo</p> <p>(A) coordenador pedagógico.</p> <p>(B) orientador educacional.</p> <p>(C) diretor da escola e demais membros da equipe de direção.</p> <p>(D) aluno, na forma de auto-avaliação.</p> <p>(E) conselho de escola.</p>	<p>10. Em relação à <i>Educação Inclusiva</i> e às barreiras enfrentadas, alguns professores revelaram suas dificuldades pessoais em lidar com as diferenças individuais mais significativas, argumentando que não foram preparados para isso, pois em cursos de formação não examinaram o tema teoricamente, e muito menos, nas práticas de estágio.</p> <p>Rosita Edler Carvalho se solidariza com esses professores, afirmando que a formação recebida é, ainda, insuficiente para o trabalho na diversidade, pois este</p> <p>(A) exige aprendizagem de habilidades e competências específicas no trato com os problemas apresentados pelos alunos deficientes em sala de aula comum.</p> <p>(B) exige compromisso dos professores e sensibilidade frente a problemas que não têm encontrado a solidariedade necessária por parte da população e dos órgãos de ensino.</p> <p>(C) necessita do apoio de salas de educação especial, não podendo ser deixado à responsabilidade do professor o avanço pedagógico dos alunos deficientes.</p> <p>(D) precisa de especialistas para, durante o trabalho em sala de aula, enfrentarem junto com os professores os problemas existentes.</p> <p>(E) requer mudanças nas ações pedagógicas em sala de aula e, para tanto, a necessidade de repensar o trabalho desenvolvido nas escolas.</p>
<p>8. Tendo em vista o proposto nas Bases Legais dos PCNs para o Ensino Médio, o exercício da autonomia pela escola exerce-se prioritariamente por meio da</p> <p>(A) eleição do Diretor e/ou da Coordenação Pedagógica.</p> <p>(B) formulação de uma proposta pedagógica própria.</p> <p>(C) oferta, à critério da escola, do ensino médio de caráter profissionalizante.</p> <p>(D) participação dos diferentes segmentos nos Conselhos Escolares e da criação de grêmios estudantis.</p> <p>(E) escolha das disciplinas optativas e dos temas transversais.</p>	
<p>9. <i>A escola não apareceu do nada. Foi constituída com uma determinada "forma" ao longo de um processo histórico que vai conformando seus tempos e uso de seus espaços. O espaço mais famoso da escola é a sala de aula e o tempo mais conhecido é o da seriação das atividades e dos anos escolares...</i></p> <p>Segundo Luiz Carlos Freitas, contrariando a lógica dessa escola e de sua organização social excludente, surgem propostas de ciclos que não se contrapõem à seriação apenas para alterar tempos e espaços, mas para alterar também</p> <p>(A) o projeto curricular que prevê de forma organizada o tempo e o espaço necessários à especificidade de aprendizagem de cada área do conhecimento.</p> <p>(B) a metodologia adequada à reorganização de espaços e tempos diferenciados para a aprendizagem de cada aluno.</p> <p>(C) o poder inserido nesses tempos e espaços, favorecendo a auto-organização dos estudantes.</p> <p>(D) as relações entre os vários conteúdos da grade curricular, permitindo assim um ensino multidisciplinar.</p> <p>(E) o modo como é concebido o papel do professor, passando de mero transmissor a mediador de um ensino democrático.</p>	<p>11. <i>No Brasil, até a década de 80, as escolas para índios ainda estavam sob a lógica da dominação e da homogeneização cultural.</i></p> <p>(Vera Candau, 2002)</p> <p>Hoje, intenta-se um novo projeto de escola: a escola indigenista, na qual se busca</p> <p>(A) transmitir os conhecimentos historicamente produzidos pela cultura nacional, superando as questões etno-raciais, de forma a socializar o conhecimento científico.</p> <p>(B) alfabetizar os índios na língua nativa, preservando assim sua cultura em projetos de multiculturalização.</p> <p>(C) ensinar aos índios a língua portuguesa, com o objetivo de preservar e valorizar a cultura indígena em projetos de diversidade cultural junto às escolas regulares.</p> <p>(D) alfabetizar seja em português, seja na língua nativa, além de incorporar no currículo os costumes, os mitos e elementos da história de cada povo.</p> <p>(E) difundir entre os indígenas o ensino da língua portuguesa, organizando um currículo voltado à cidadania e pluralidade cultural.</p>

12. *Alguns índices nos mostram claramente que os negros brasileiros estão em significativa desvantagem social em relação aos brancos (...) a população branca estuda em média 5,9 anos, enquanto que os negros possuem escolaridade média de 3,3 anos.*

(Vera Candau)

Apesar da complexidade dessa realidade, os dados ajudam a confirmar algumas hipóteses, dentre elas, a de que

- (A) os negros possuem um maior déficit cultural e, em consequência, as crianças não encontram no ambiente escolar as condições para freqüentar com eficácia a escola.
- (B) a população negra está socialmente marginalizada na sociedade brasileira e crianças oriundas de grupos marginalizados tendem a fracassar no sistema escolar.
- (C) a população negra tem menor sucesso escolar em função de suas características naturais, ou seja, não apresentam as aptidões e os talentos exigidos pela escola regular.
- (D) a escola reproduz as relações sociais de uma sociedade e, com isso, ela não encontra meios para interferir num projeto de sociedade.
- (E) a escola simplesmente reflete um processo de exclusão que é estrutural pois expressa os interesses dos grupos dominantes estando, portanto, as causas do fracasso escolar, fora da escola.

13. Em relação à Educação de Jovens e Adultos, analise as considerações abaixo de Jaqueline Moll.

- I. A situação da pessoa analfabeta ou de semi-analfabeta representa um obstáculo à consciência de seu papel (seu dever) social.
- II. Estes homens e mulheres não são *tábulas rasas*, mas portam um sem-número de experiências sociais, culturais, afetivas que lhes permitiram acúmulo de saberes em diferentes campos epistemológicos.
- III. A condição (discursiva) do analfabeto não implica nenhum tipo de patologia ou deficiência.
- IV. O analfabetismo não é uma expressão individual de fracasso, mas expressão de uma forma de exclusão socialmente construída.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e IV.

14. Segundo Gimeno Sacristán, estudar a prática educativa desde a análise dos conceitos, processos e práticas que se entrecruzam no currículo tem o valor de

- (A) instituir um projeto curricular alternativo por meio da organização dos conhecimentos práticos dos alunos, visando trabalhar com a realidade vivida por eles.
- (B) resgatar a importância dos conhecimentos científicos historicamente elaborados pela humanidade.
- (C) organizar melhor os vários conhecimentos que devem constituir a grade curricular da escola e, assim, qualificar a ação pedagógica.
- (D) possibilitar a articulação dos conteúdos formais escolhidos pelos professores com os temas transversais dos parâmetros curriculares nacionais.
- (E) relacionar mais coerentemente problemas que afetam o que as escolas fazem e nos dão uma visão melhor organizada do fenômeno da escolarização.

15. *Toda cooperação profissional durável fundamenta-se em um certo número de atitudes que devem ter sido construídas a montante: um certo hábito de ajuda e de apoio mútuo; um capital de confiança e de franqueza mútuos, a participação de cada um nas decisões coletivas; um clima caloroso, camaradagem...*

(Monica Thurler)

Essas atitudes são importantes frente a funcionamentos mais individualistas, porém para empreender um processo de mudança mais profundo e durável é necessário

- (A) a realização de trocas de experiências e a comunhão de recursos.
- (B) um processo de cooperação baseado em práticas solidárias e humanistas.
- (C) uma abordagem global de análise e desenvolvimento das práticas.
- (D) o investimento na formação do professor para que ele desenvolva comportamentos cooperativos.
- (E) o aprendizado de metodologias que favoreçam um aprendizado verdadeiro e eficaz.

<p>16. <i>Assim como o processo de progressiva parcialização dos conteúdos escolares em áreas de conhecimento ou disciplinas conduziu o ensino a uma situação que obriga a sua revisão radical, a evolução de um saber unitário para uma diversificação em múltiplos campos científicos notavelmente desconectados uns dos outros levou também à necessidade de busca de modelos que compensem essa dispersão do saber.</i></p> <p style="text-align: right;">(Antoni Zabala)</p> <p>Diante desse processo, os métodos globalizados organizam</p> <p>(A) os conhecimentos em projetos, de forma a graduar suas dificuldades, indo dos conhecimentos simples aos conhecimentos complexos.</p> <p>(B) os currículos num processo que se inicia pelo ensino do conhecimento geral até se chegar ao conhecimento particular, possibilitando uma visão global de mundo.</p> <p>(C) os conteúdos de aprendizagem a partir de situações, temas ou ações, independentemente da existência ou não de algumas matérias ou disciplinas que precisam ser lecionadas.</p> <p>(D) as disciplinas e respectivas áreas do conhecimento em um projeto unitário, por meio do ensino de conceitos e princípios gerais.</p> <p>(E) as áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, respeitando, ao mesmo tempo, a particularidade das disciplinas em seus diferentes nexos.</p>	<p>19. <i>A observação mais atenta aponta que as mudanças na avaliação têm ocorrido, mas não no fundamental, que é a postura de compromisso em superar as dificuldades percebidas. A questão principal não é a mudança de técnicas; passa por técnicas, mas a priori, é a mudança de paradigma, posicionamento, visão de mundo, valores.</i></p> <p>Segundo Celso Vasconcellos, a avaliação, para assumir o caráter transformador, antes de tudo, deve estar</p> <p>(A) comprometida com a aprendizagem e o desenvolvimento da totalidade dos alunos.</p> <p>(B) voltada para a constatação do que os alunos aprenderam, para poder classificá-los.</p> <p>(C) referenciada em teorias do conhecimento, para saber medir o que o aluno aprendeu.</p> <p>(D) acompanhada de uma metodologia que indique os rumos de sua elaboração.</p> <p>(E) adequada aos objetivos propostos no projeto político pedagógico da escola.</p>
<p>17. <i>Uma verdadeira situação-problema obriga a transpor um obstáculo graças a uma aprendizagem inédita, quer se trate de uma simples transferência, de uma generalização ou da construção de um conhecimento inteiramente novo.</i></p> <p style="text-align: right;">(Philippe Perrenoud)</p> <p>Deparar-se com o obstáculo é, em um primeiro momento,</p> <p>(A) elaborar soluções nunca imaginadas.</p> <p>(B) possibilitar a elaboração de hipóteses.</p> <p>(C) mobilizar conhecimentos já apreendidos.</p> <p>(D) descobrir a conexão com conhecimentos novos.</p> <p>(E) enfrentar o vazio, a ausência de qualquer solução.</p>	<p>20. Em relação à avaliação, considere esquematicamente os seguintes casos.</p> <p>I. A avaliação precede a ação de formação, com a função de permitir um ajuste recíproco aprendiz/programa de estudos.</p> <p>II. A avaliação ocorre depois da ação, com a função de verificar se as aquisições visadas pela formação foram feitas.</p> <p>III. A avaliação situa-se no centro da ação de formação, com a função principal de contribuir para uma boa regulação da atividade de ensino.</p> <p>De acordo com Charles Hadji, as formas apresentadas referem-se, respectivamente, à avaliação</p> <p>(A) preparatória, continuada e das habilidades adquiridas.</p> <p>(B) normativa, classificatória e recuperativa.</p> <p>(C) diagnóstica, mediadora e sistemática.</p> <p>(D) prognóstica, cumulativa e formativa.</p> <p>(E) crítica, somativa e da aprendizagem.</p>
<p>18. Em relação à superação do erro, analise as situações abaixo.</p> <p>1. O sujeito está motivado a resolver um determinado problema, comete erros que é capaz de “ler”, e procura ativamente, por regulação, superá-los.</p> <p>2. O sujeito percebe claramente que não consegue resolver determinado problema, seja porque tem idéias erradas, seja porque há lacunas no seu conhecimento.</p> <p>3. O sujeito começa a perceber erros que comete, mas, de pronto, os nega, isto é, convence-se de que não existem ou são desprezíveis.</p> <p>4. O sujeito nem começa a perceber o erro, de tão convicto que está do valor de suas idéias.</p> <p>Segundo Yves de La Taille, situações nas quais os alunos poderão ler seus erros, não somente estarão na dependência de seus respectivos níveis cognitivos, mas também de sua</p> <p>(A) receptividade.</p> <p>(B) motivação.</p> <p>(C) inteligência emocional.</p> <p>(D) maturidade.</p> <p>(E) sensibilidade.</p>	

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

<p>21. Segundo a Constituição Federal de 1988, devem ser aplicados em educação, no mínimo, os seguintes percentuais da receita de impostos:</p> <p>(A) 13% pela União, 20% pelos Estados e Distrito Federal e 25% pelos Municípios.</p> <p>(B) 15% pela União; 20% pelos Estados e 25% pelos Municípios e Distrito Federal.</p> <p>(C) 18% pela União, 20% pelos Estados e 25% pelos Municípios e Distrito Federal.</p> <p>(D) 18% pela União; 25% pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>(E) 18% pela União; 30% pelos Estados e Distrito Federal e 25% pelos Municípios.</p>	<p>24. Segundo a Indicação nº 6/05 do CME, para expedição do certificado de terminalidade específica a escola precisa considerar, entre outros aspectos:</p> <p>(A) avaliação de profissionais de diferentes áreas, observadas as diretrizes do Projeto Político-Pedagógico da escola e a flexibilização e ampliação da duração da educação básica, definindo-se tempos e horizontes para o aluno, individualmente, por ano, etapas ou ciclos de aprendizagem;</p> <p>(B) currículo escolar proposto pela escola ampliado ou alongado a depender das necessidades dos alunos e opinião de médico psiquiatra credenciado no Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão.</p> <p>(C) avaliação diagnóstica expedida pela APAE ou instituição similar e posição expressa do Conselho de Escola sobre as formas de registro da avaliação adotadas pela escola.</p> <p>(D) posição da equipe supervisora responsável pelo acompanhamento da escola e avaliação de médicos psiquiátricos, observadas as diretrizes do Projeto Político-Pedagógico da escola.</p> <p>(E) as habilidades e competências previstas para serem atingidas no final do ciclo ou série, as programações efetivamente realizadas e os resultados da escola e da classe nos exames nacionais ou estaduais.</p>
<p>22. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96:</p> <p>(A) O ensino religioso é de oferta facultativa pelos estabelecimentos de ensino.</p> <p>(B) A educação física não é obrigatória para o aluno do curso noturno.</p> <p>(C) As escolas brasileiras devem oferecer o espanhol como língua estrangeira moderna.</p> <p>(D) Os temas transversais deverão ser tratados como disciplinas optativas no currículo do ensino fundamental.</p> <p>(E) A educação especial é uma etapa da educação básica.</p>	<p>25. Tendo em vista o proposto pela Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, é certo afirmar que:</p> <p>(A) no caso da educação ofertada por escolas conveniadas, permite-se, até 2010, a contratação de profissionais com o ensino médio incompleto para o exercício da docência com crianças abaixo de três anos.</p> <p>(B) a educação desta faixa etária deve priorizar à aproximação com a linguagem escrita, razão pela qual se assegura a formação mínima em nível médio para os educadores.</p> <p>(C) as Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem ser criadas, coordenadas, supervisionadas e avaliadas por educadores, com, pelo menos, o diploma de Curso de Formação de Professores, mesmo que na equipe haja profissionais com formação em áreas diversas ou familiares das crianças.</p> <p>(D) tendo em vista a incorporação do cuidado para com as crianças pequenas como um dos objetivos da educação infantil, é facultado às creches a contratação de profissionais com o ensino fundamental completo para o exercício da docência com crianças de até dois anos de idade.</p> <p>(E) as Diretrizes mencionadas não abordam a temática da formação prévia para o trabalho com a educação infantil, tendo em vista ser objeto de normatização pelos Sistemas de Ensino.</p>
<p>23. Em relação à Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que instituiu a LIBRAS, pode-se afirmar que:</p> <p>(A) é omissa quanto à obrigatoriedade de introdução desta língua nos cursos de formação de professores em nível médio, reservando tal iniciativa apenas para os cursos de nível superior;</p> <p>(B) reconhece oficialmente a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão.</p> <p>(C) declara ser esta modalidade de língua compatível com a língua escrita portuguesa e recomenda seu uso segundo orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais.</p> <p>(D) adverte quanto ao tipo de penalização a que estará sujeito o poder público municipal em razão do não cumprimento do disposto em seu Plano Municipal de Educação.</p> <p>(E) prevê sua oferta obrigatória a partir do segundo ciclo do Ensino Fundamental em todas as escolas da rede pública de ensino a partir de 2007.</p>	

<p>26. Para efeito da implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, prevê-se, entre outras coisas, que na Educação Básica</p> <p>(A) as escolas, ouvido o Conselho de Escola ou órgão similar, encaminhem para cursos especiais de formação, os professores que mostrarem vocação para com o tema ou que proponham a execução de suas atividades por projetos, envolvendo os alunos, os pais e a comunidade na discussão destas questões.</p> <p>(B) por ser tema transversal, todas as disciplinas deverão abordar aspectos da História e Cultura Afro-Brasileira.</p> <p>(C) fica a cargo da escola, no exercício de sua autonomia, definir as formas de tratamento a serem dadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.</p> <p>(D) cabe aos Sistemas de Ensino, ouvido o Conselho Municipal de Educação e o Movimento Negro, deliberar sobre sua implantação.</p> <p>(E) as coordenações pedagógicas promovam condições para que os professores concebam e desenvolvam atividades de ensino abrangendo os diferentes componentes curriculares e que o ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ocorrerá, em especial, por meio dos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.</p>	<p>29. Nos PCNs do Ensino Fundamental estão definidos em termos de capacidades relativas aos aspectos cognitivo, afetivo, físico, ético, estético, de atuações e de inserção social</p> <p>(A) os critérios de avaliação educacional.</p> <p>(B) os procedimentos metodológicos da área de Matemática.</p> <p>(C) a proposta pedagógica a ser elaborada pela escola.</p> <p>(D) os objetivos educacionais.</p> <p>(E) os planos de curso dos professores.</p>
<p>27. Segundo a LDB, os ensinos fundamental e médio:</p> <p>(A) têm que oferecer um mínimo de 200 dias letivos por ano, embora a quantidade de horas anuais fique a critério de cada sistema de ensino.</p> <p>(B) podem ser organizados em séries anuais, períodos semestrais ou em ciclos, obedecidas as normas fixadas em cada sistema de ensino.</p> <p>(C) há previsão de estudos de recuperação apenas para os alunos do ensino fundamental.</p> <p>(D) devem oferecer a disciplina de educação física fora do horário das aulas regulares.</p> <p>(E) terão como registro das sínteses do desempenho escolar dos alunos conceitos e não notas.</p>	<p>30. O trabalho dos Temas Transversais, por meio de projetos pedagógicos, permite que:</p> <p>(A) as atividades de ensino e aprendizagem favoreçam a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, ao pressupor a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimentos.</p> <p>(B) os professores planejem atividades e as organizem direcionadamente para metas pré-estabelecidas de forma a realizá-las em tempo pré-determinado, não prejudicando o desenvolvimento dos demais conteúdos.</p> <p>(C) no caso do ensino fundamental, o trabalho com os referidos temas se dê de forma prazerosa, pois a gradativa complexificação dos mesmos é objeto de preocupação apenas no Ensino Médio.</p> <p>(D) os professores que não possuem formação prévia na temática, desenvolvam as atividades de ensino propostas, uma vez que a pedagogia de projetos se baseia na pesquisa do cotidiano e da história de vida dos alunos.</p> <p>(E) no caso da organização escolar em ciclos, as disciplinas sejam substituídas por projetos integradores, prevendo-se no projeto pedagógico da escola o desenvolvimento de atividades que possibilitem a identificação dos ciclos de formação com a seqüência de conteúdos.</p>
<p>28. Ao propor a reflexão sobre questões relativas à globalização, às transformações científicas e tecnológicas, os PCNs assinalam, entre outras questões:</p> <p>(A) a necessidade da escola instrumentalizar os jovens para participar da cultura, das relações sociais e políticas, e dessa maneira, oportunizar o trato com temas normalmente excluídos do universo escolar como política, economia, sexo, droga, saúde e meio ambiente.</p> <p>(B) a necessidade da formação escolar priorizar condições para que os alunos desenvolvam competências e habilidades imediatamente demandadas pelo mercado de trabalho.</p> <p>(C) a superação de um modelo de escola calcado na <i>teoria reprodutivista</i>, segundo a qual, um ensino de qualidade deveria contemplar prioritariamente, o desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho.</p> <p>(D) a superação do <i>credencialismo</i> na educação básica, tendo em vista as novas exigências do mercado de trabalho.</p> <p>(E) a necessidade da escola instrumentalizar os jovens para participar das exigências competitivas de um mercado de trabalho reduzido, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades originárias do <i>mundo do trabalho</i>.</p>	<p>31. Na perspectiva de uma educação inclusiva, o documento "Saberes e práticas da inclusão" (MEC/SEESP), a avaliação escolar deve ser entendida como:</p> <p>(A) um processo de participação no qual a família, especialmente a dos alunos com necessidades educacionais especiais, juntamente com a escola devem ser envolvidas e ouvidas.</p> <p>(B) um processo contínuo e, por conseguinte, permanente, uma vez que tendo alcançado um objetivo, a natureza da atividade educativa exige a previsão de outro.</p> <p>(C) um processo compartilhado, a ser desenvolvido preferencialmente na escola, envolvendo os agentes educacionais cuja finalidade é conhecer para intervir, de modo preventivo e/ou remediativo, sobre as variáveis identificadas como barreiras para a aprendizagem.</p> <p>(D) um processo de participação permanente, cujo objetivo maior é o aprimoramento das instituições de ensino tendo em vista os objetivos educacionais propostos nos acordos internacionais, em especial o assinado com a UNESCO em 1998.</p> <p>(E) uma atividade inerente ao processo pedagógico que deve ser desmistificada em sua função diagnóstica, quando se trata de alunos com necessidades educacionais especiais, pois o procedimento de realização da anamnese já é implícito.</p>

<p>32. Pensar o trabalho de educação infantil em uma perspectiva de aprendizagem ativa significa basear-se em quatro ações básicas. De acordo com o documentário <i>Saberes e práticas de inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento</i>, tais ações são:</p> <p>(A) desenvolvimento, afetividade, motivação e reflexão.</p> <p>(B) ímpeto para aprender; interesse do educador, interesse do educando e ação planejada.</p> <p>(C) reflexão sobre as ações; ação após a reflexão, afetividade e dialogicidade.</p> <p>(D) atividade, motricidade, permanência e sensibilidade.</p> <p>(E) ações diretas sobre objetos; reflexão sobre ações; motivação intrínseca, invenção e generalização e solução de problemas.</p>	<p>35. O uso da Internet na educação potencializa o alcance da atividade pedagógica, proporcionando aprendizagens específicas no âmbito do letramento digital que podem ser sintetizadas nos três aspectos abaixo relacionados:</p> <p>(A) superar a resistência às novas tecnologias de informação, acessar a internet e dominar a linguagem internauta.</p> <p>(B) aprender a aprender, aprender a se comunicar e aprender a linguagem web.</p> <p>(C) acessar a internet, interagir com a linguagem computacional e aprender a pesquisar.</p> <p>(D) aprender a pesquisar, aprender a publicar conteúdos e aprender a comunicar-se no ambiente digital.</p> <p>(E) dominar seu conteúdo, aprender a responder correio eletrônico e superar a resistência às novas tecnologias de informação.</p>
<p>33. Em relação à organização do tempo, nas escolas de educação infantil, o documento "Tempos e Espaços na Educação Infantil (SME/DOT/EI)", alerta que é preciso planejar as atividades atendendo aos critérios de:</p> <p>(A) variedade, diversidade, regularidade e jogos competitivos.</p> <p>(B) equilíbrio, variedade, diversidade, regularidade e atratividade.</p> <p>(C) durabilidade, criatividade, competitividade e interação e ludicidade.</p> <p>(D) atratividade, ludicidade, espontaneísmo e diversidade.</p> <p>(E) equilíbrio, terminalidade, cooperação e criatividade.</p>	<p>36. Ana Teberosky e Marta Gallart ao se inserirem nos debates sobre <i>alfabetização e tecnologia da informação e da comunicação (TIC)</i> discutem os marcos teóricos das relações entre alfabetização e tecnologia eletrônica e as mudanças que a eletrônica produziu sobre os materiais, o texto e as atividades de ler e escrever. Para as autoras</p> <p>I. Há uma substancial diferença entre ler um texto escrito e ler um texto sobre a tela, envolvendo estruturas cognitivas distintas.</p> <p>II. A questão de se saber se os suportes tela e papel, ou as formas de disposição gráfica e tipográfica dão lugar a tipos diferentes de leitura ou apenas a procedimentos diferentes de um mesmo tipo é uma questão teórica e de investigação ainda não resolvida.</p> <p>III. As mudanças introduzidas pela tecnologia eletrônica afetam não apenas o suporte e os instrumentos, mas também o texto, as atividades de ler e escrever, as relações entre essas atividades e os processos de aprendizagem implicados.</p> <p>IV. Os novos recursos tecnológicos, por si só, não criam conhecimentos, mas permitem o desenvolvimento de outros novos.</p>
<p>34. O documento <i>A Rede em rede: a Formação Continuada na Educação Infantil</i> entende os "instrumentos de formação dos educadores", como:</p> <p>(A) produtos do trabalho coletivo sistematizado na pedagogia dos projetos, os quais devem nortear, sem contudo engessar, a ação dos educadores.</p> <p>(B) contribuições teórico-práticas da ação docente, que sintetizam o grau de desenvolvimento de dado grupo ou instituição escolar.</p> <p>(C) normas de ação humana capazes de promover mudanças significativas em nossa forma de apreender e significar o mundo e a nós mesmos, as quais variam conforme a prática social na qual a ação humana se dá.</p> <p>(D) o conjunto de conteúdos, habilidades e competências que compõem o quadro curricular de cada unidade escolar e que, num processo coletivo, os professores se reúnem para trocar experiências que viabilizem que aqueles objetivos de aprendizagem sejam atingidos no ano escolar.</p> <p>(E) conjunto das medidas e decisões tomadas no âmbito da unidade escolar cujo objetivo é incidir sobre a melhoria na formação docente.</p>	<p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>



<p>37. <i>Na década de 80, a crítica às políticas educacionais fundamentadas nas teorias do capital humano faz ver que as relações entre educação e mundo do trabalho são mais complexas do que queria crer a tradição economicista. Procura-se evidenciar a impossibilidade de estabelecer relações lineares entre o aparato escolar e o mercado de trabalho (...) Assim sendo, a tarefa principal da escola, recuperada como essencialmente política, tem implicações muito mais amplas do que a da inserção dos indivíduos no mundo produtivo.</i></p> <p style="text-align: right;">(Elba Sá Barreto)</p> <p>Nesse sentido, a questão da cidadania aparece como intrinsecamente ligada ao</p> <p>(A) compromisso com as políticas públicas de educação como alavanca do desenvolvimento da nação.</p> <p>(B) desejo de inserção plena do conjunto de indivíduos nas diferentes esferas da vida em sociedade.</p> <p>(C) desenvolvimento de uma educação única a todos os cidadãos como forma de democratização do ensino.</p> <p>(D) progresso da nação a partir da inserção das camadas populares no ensino regular das escolas públicas.</p> <p>(E) projeto educacional da escola, realizado por meio de um ensino desvinculado ao mundo do trabalho.</p>	<p>40. <i>A diversidade marca o mundo dos seres humanos; os contextos educativos são plurais e requerem soluções – também plurais (...) as crianças têm múltiplas vozes e precisam de estratégias diversas para a educação.</i></p> <p>Segundo Tisuko Kishimoto, o que representa a oportunidade a todas as crianças no âmbito da diversidade é a</p> <p>(A) equidade.</p> <p>(B) educação igualitária.</p> <p>(C) sensibilidade do educador.</p> <p>(D) tolerância por parte dos professores.</p> <p>(E) formação pedagógica dos professores.</p>
<p>38. <i>As inovações no âmbito curricular de algumas prefeituras na primeira metade dos anos 90 – como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro – teve em comum, dentre outras questões, o fato de transferirem o locus de sistematização curricular dos órgãos centrais das redes de ensino para o âmbito da escola (...) o currículo é criado e recriado em cada unidade escolar pelo conjunto dos educadores e, em princípio, com a participação dos alunos e de seus responsáveis.</i></p> <p style="text-align: right;">(Elba Sá Barreto)</p> <p>Nessa concepção de gestão, os professores</p> <p>(A) deixam de ser meros executores de prescrições antes elaboradas por técnicos dos órgãos centrais, assegurando-lhes maior envolvimento na organização do currículo.</p> <p>(B) passam a preparar seu trabalho de sala de aula a partir do conhecimento contido nos parâmetros curriculares nacionais e, respectivamente, temas transversais.</p> <p>(C) aprovam novos livros didáticos e elaboram um currículo comum para suas escolas.</p> <p>(D) tornam-se autônomos na criação das propostas curriculares para cada sala de aula.</p> <p>(E) delegam aos pais e alunos a escolha dos conhecimentos necessários a uma educação de qualidade, que seja útil a todos.</p>	<p>41. <i>De modo silencioso ocorrem situações, no espaço escolar, que podem influenciar a socialização das crianças, mostrando-lhes diferentes lugares para pessoas brancas e negras.</i></p> <p>Eliane Cavalleiro afirma que no espaço escolar são transmitidos valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios pela</p> <p>(A) atuação de professores e professoras negras que acabam protegendo as crianças negras em detrimento das crianças brancas.</p> <p>(B) postura autoritária da instituição escolar ao organizar o projeto curricular da escola, sem a participação dos alunos nesta tarefa.</p> <p>(C) forma de igualar todas as crianças, quando estas têm capacidades cognitivas diferenciadas durante a aprendizagem.</p> <p>(D) organização de conteúdos e atividades diferenciadas no ensino a crianças brancas e negras.</p> <p>(E) linguagem não-verbal expressa por meio de comportamentos sociais, formas de tratamento, atitudes, gestos e tons de voz.</p>
<p>39. <i>No começo da década de 70, a literatura podia ser classificada facilmente em dois grandes grupos: de um lado, estava a literatura psicológica que listava as habilidades (por exemplo, as coordenações sensório-motoras) que a criança devia ter para iniciar com sucesso a aprendizagem da leitura; de outro, estava a literatura pedagógica, embaraçada na eterna discussão sobre qual é o melhor método para ensinar a ler e escrever.</i></p> <p style="text-align: right;">(Emilia Ferreiro)</p> <p>Nessa discussão NÃO se encontrava</p> <p>(A) o papel de uma escola aberta ao diálogo com o aluno.</p> <p>(B) o aluno epistemológico, que constrói habilidades.</p> <p>(C) a criança que tenta compreender o mundo que a rodeia.</p> <p>(D) o debate sobre técnicas de aprendizagem.</p> <p>(E) a reflexão do papel do educador como avaliador quantitativista da aprendizagem.</p>	<p>42. <i>A persistência de um modo de fazer pedagógico que ignora os direitos da criança a ser vista como competente e a ter espaço de participação persiste, não por falta de pensamento e propostas alternativas.</i></p> <p>Segundo Júlia Formosinho, essa persistência se deve à</p> <p>(A) função centralizadora do coordenador pedagógico na elaboração do projeto curricular da escola, sem conhecer a realidade das crianças.</p> <p>(B) função reprodutora da hierarquia social na escola.</p> <p>(C) forma improvisada do professor realizar a prática educativa.</p> <p>(D) inércia da escola frente às mudanças.</p> <p>(E) regulação burocrática da escola.</p>

43. *Para atender a uma necessária divisão de trabalho, tem sido comum nas escolas brasileiras diferenciar as funções de diretor e de coordenador pedagógico. Ambos recebem a delegação de coordenar o trabalho coletivo e a manutenção do clima, das condições de trabalho e do ambiente formativo para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas da escola. Para isso, precisam reconhecer que seu trabalho tem uma característica genuinamente interativa, ou seja, seu trabalho está a serviço das pessoas e da organização, requerendo deles uma formação específica.*

(José Carlos Libâneo)

Para Libâneo, são funções específicas do Coordenador Pedagógico:

- I. Planejar, coordenar, gerir, acompanhar e avaliar todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e da sala de aula, visando atingir níveis satisfatórios de qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens dos alunos.
- II. Supervisionar a avaliação da produtividade da escola em seu conjunto, incluindo a avaliação do projeto pedagógico, da organização escolar, do currículo e dos professores.
- III. Promover a integração e a articulação entre a escola e a comunidade próxima, com o apoio e iniciativa do Conselho de Escola, mediante atividades de cunho pedagógico, científico, social, esportivo, cultural.
- IV. Organizar formas de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, identificando, articuladamente com os professores, as áreas de desenvolvimento e de aprendizagem que, em cada aluno, manifestem maior fragilidade, bem como a natureza e as modalidades de apoio suscetíveis de alterar ou diminuir as dificuldades inicialmente detectadas.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

44. *Na fase de formação do conceito, a busca das qualidades plásticas da palavra – ritmos, modulações, consonâncias – desempenha uma função importante, pois, para a criança pequena, a palavra não tem ainda força para dirigir seu pensamento.*

Segundo Zilma de Oliveira, a habilidade da criança para refletir sobre a definição de uma palavra é uma capacidade

- (A) multifacetada e de lento desenvolvimento, com precursores cognitivos e lingüísticos.
- (B) que vai se definir ao longo da vida e de acordo com a condição social da criança.
- (C) nem sempre possível nesta fase do desenvolvimento infantil, pois depende do coeficiente de inteligência da criança.
- (D) organizativa e estruturante, que sofre variações na fase sensório-motor.
- (E) de expressar impressões lingüísticas que irá acontecer após os 4 anos de idade.

45. Laurinda Almeida ao debater o processo de formação docente defende que é preciso que

- I. haja espaço para que formador-formando se posicione como pessoa. O dar ao outro a possibilidade de se posicionar como pessoa significa aceitar que seu desempenho não depende tanto do que sabe, ou não sabe, mas do que é, de sua relação com o saber, com o aluno, com o colega, com a escola, com a profissão.
- II. o formador parta das lacunas que professores e professoras trazem de suas formações do que das experiências e vivências que possuem.
- III. a formação esteja centrada na escola, por ser um lugar onde os saberes e as experiências são trocadas, validadas, apropriadas e rejeitadas.
- IV. haja o cruzamento dos projetos individuais com o projeto coletivo, nas negociações aí implicadas, que a vida da escola se faz e que, quanto mais os projetos individuais estão contemplados no coletivo, maior a probabilidade de sucesso destes.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

46. B. Bruno e Luiza Christov discutem que a organização do tempo e da rotina de reflexão realizados na escola requer que professores e coordenadores desenvolvam habilidades e metodologias que garantam:

- I. uma crescente comunicação, manifestando dúvidas, dificuldades, problemas, bem como acertos e descobertas.
- II. um clima de confiança para discussão de acertos e erros, que deve ser enriquecida com a possibilidade de registro dos saberes elaborados por diferentes grupos de educadores, em diferentes espaços educacionais.
- III. uma reflexão problematizadora sobre a prática, a partir de observações do real e de registros sistematizadores dessas observações.
- IV. uma liderança do coordenador que se constrói com a experiência, aliando-se desejo de liderar e reflexão sobre o modo de ser coordenador.
- V. que o tempo pedagógico destinado às atividades coletivas dos professores seja planejado com objetivos e metas viáveis a curto prazo.

É correto o que consta APENAS em

- (A) II e V.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III, IV e V.
- (E) I, II, III e IV.

<p>47. Um grupo de educadores defendem o <i>brincar</i> e a <i>brincadeira</i> na aprendizagem de crianças de 4 anos e discutem, ancoradas nos estudos de Gilles Brougère que:</p> <p>(A) brincadeiras devem ser realizadas com crianças desta faixa etária porque <i>brincar é natural</i> para elas, portanto, constitui o meio educativo principal de crianças.</p> <p>(B) brincar é uma atividade lúdica espontânea na criança e, como tal, fonte de aprendizagem.</p> <p>(C) brincadeiras têm papel fundamental para o desenvolvimento de instintos latentes em crianças de 4 anos.</p> <p>(D) não existe na criança uma brincadeira natural. A brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto, de cultura. Sendo assim, a brincadeira é uma aprendizagem social.</p> <p>(E) tornar a brincadeira um suporte pedagógico é seguir a natureza. Sendo assim, a brincadeira é boa porque a natureza do lúdico, representada pelo brincar da criança, é boa.</p>	<p>49. Segundo Tereza Colomer, os problemas que atualmente se apresentam no ensino da leitura na escola se relacionam com:</p> <p>I. A concepção de que o ensino da leitura baseia-se em uma série de atividades que mostrem aos alunos <i>como</i> se lê.</p> <p>II. As práticas de leitura propostas nas escolas que desconsideram como alunos e alunas interpretam a realidade e processam a informação.</p> <p>III. A concepção de que a leitura é estratégica, ou seja, o leitor atua de forma constante sobre a sua própria compreensão, sendo seletivo ao dirigir sua atenção aos diferentes aspectos do texto.</p> <p>IV. A concepção de que ler, mais do que um ato mecânico de decifração de signos gráficos, é um ato de raciocínio.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>48. Os estudos apresentados por Gilles Brougère abordam, dentre outros, o funcionamento social e simbólico do brinquedo e a brincadeira. Para o autor</p> <p>I. O brinquedo é um suporte de uma representação. A criança que manipula um brinquedo possui entre as mãos uma imagem a decodificar.</p> <p>II. O brinquedo estimula a brincadeira ao abrir possibilidades de ações coerentes com a representação que a criança produz.</p> <p>III. A brincadeira pode ser considerada como uma forma de interpretação dos significados contidos no brinquedo.</p> <p>IV. Embora o brinquedo evoque a brincadeira, a interação lúdica é o único modo de aprendizagem possível.</p> <p>V. Apesar do simbolismo que o brinquedo traz, sua percepção só é possível à criança, em função do subconsciente coletivo.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, IV e V.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, II, III e V.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) IV e V.</p>	<p>50. Ensinar a ler deve fundamentar-se no conhecimento do processo leitor. Nesta perspectiva, Tereza Colomer propõe:</p> <p>I. Modelos interativos para o ensino da leitura onde o leitor é considerado como um sujeito ativo que utiliza conhecimentos de tipo muito variado para obter informação do escrito e reconstrói o significado do texto ao interpretá-lo de acordo com seus próprios esquemas conceituais e a partir de seu conhecimento do mundo</p> <p>II. Modelos de processamento ascendente, segundo os quais a compreensão está associada de maneira imediata à correta oralização do texto. Se o aluno lê bem, se sabe traduzir adequadamente o texto escrito a uma forma oral, entenderá o texto porque sabe falar e entender a linguagem oral.</p> <p>III. A leitura como um processo interativo que avança em uma seqüência estrita desde as unidades perceptivas básicas até a interpretação global de um texto.</p> <p>IV. Determinar o que significa saber ler em uma sociedade que se define como alfabetizada e que lugar ocupa esse saber na sociedade, como conformou e conforma tanto as relações sociais quanto o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>

51. Em relação à questão étnica no espaço escolar, Eliane Cavalleiro apresenta o seguinte depoimento de uma professora:

*Além de se sentir rejeitada, a criança negra tem, talvez por sua própria natureza, lentidão na aprendizagem, lentidão na assimilação do ensino, e estes dois fatores contribuem para que ela não consiga acompanhar o seu grupo, desista e saia da escola ou permaneça nela por pouco tempo.*

Nesse caso, fica ressaltado que a forma de o professor caracterizar a criança negra evidencia seu despreparo para lidar com situações de discriminação na sala de aula, pois

- (A) os cursos de formação não têm apresentado interesse em discutir a questão racial.
- (B) em muitos momentos o professor julga a criança culpada pela discriminação sofrida.
- (C) o educador desconhece o processo de aprendizagem de crianças negras e brancas.
- (D) a utilização de livro didático politicamente correto não é reconhecido como forma de enfrentar o problema.
- (E) o coordenador pedagógico não discute os temas transversais junto aos educadores.

52. *O multiculturalismo tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos nasce da iniciativa de jovens negros e tinha como um de seus alvos a mudança dos sistemas de ensino. Entretanto, o desenvolvimento desse movimento cultural segue caminhos completamente diferentes em cada um desses países.*

Segundo Luiz Gonçalves e Petronilha Silva, talvez essa situação se explique pelo fato de que os negros brasileiros,

- (A) embora não sendo minoria no conjunto da população, são nitidamente minoritários nas Universidades.
- (B) não conseguem organizar suficientemente seu movimento a ponto de sensibilizar diferentes grupos sociais contra o preconceito racial enraizado nos professores e nas escolas.
- (C) sempre foram discriminados pelas Universidades pelo fato de produzirem apenas saberes fundados no senso comum.
- (D) têm uma cultura inferior, em relação à cultura negra dos Estados Unidos.
- (E) sentem-se inferiorizados perante a cultura dominante da Academia.

53. Os estudos coordenados por Ângela Kleiman sugerem que o ensino da escrita na escola priorize o que há de comum entre oralidade e escrita, relegando a um segundo plano, as diferenças. Neste sentido, defende a autora que:

- I. Um olhar que veja a linguagem oral e a escrita não através das diferenças formais, mas através das semelhanças constitutivas, permite que pensemos a aquisição da escrita como um processo que dá continuidade ao desenvolvimento lingüístico da criança, substituindo o processo de ruptura, que subjaz e determina a práxis escolar.
- II. As práticas escolares de letramento devem considerar a aquisição da escrita como um processo que, independentemente de considerações contextuais e sociais, deve promover as atividades necessárias para desenvolver no aluno, como objetivo final do processo, a capacidade de interpretar e escrever textos abstratos, dos gêneros expositivo e argumentativo.
- III. As práticas escolares de letramento devem se fundamentar numa análise das diferenças entre ambas as modalidades, começando por aquelas diferenças que decorrem da transmutação de uma mensagem de um meio fônico para o visual, que se centram na fugacidade de uma *versus* a permanência da outra.
- IV. Os processos de produção da fala e da escrita, a pesquisa etnográfica e experimental aporta dados importantes que também mostram o denominador comum em ambos.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

54. Ângela Kleiman ao apresentar os dados da pesquisa por ela coordenada sobre a interação na aula de alfabetização de adultos, revela a potencialidade de transformação da concepção de letramento dominante nesses contextos visto que:

- (A) Os contextos de aprendizagem, formais ou informais, agem como catalisadores das diferenças nos sistemas de crenças e valores de grupos letrados e não letrados.
- (B) É no contexto escolar que as expectativas de aprendizagem sobre a escrita dos alunos adultos são atingidas.
- (C) As situações de conflitos entre alunos e professores nas aulas de alfabetização de adultos não são corriqueiras e quando ocorrem são facilmente contornadas.
- (D) Os alunos adultos têm maior compreensão dos objetivos dos professores.
- (E) Os contextos de aprendizagem são neutros tendo em vista que a escrita é instrumento facilitador dos processos mnemônicos e mentais do adulto.

55. Considere as afirmativas abaixo sobre o ato da leitura.

- I. Aprender a ler significa aprender a encontrar sentido e interesse na leitura.
- II. Aprender a ler significa aprender a ser ativo ante a leitura, ter objetivos para ela.
- III. Aprender a ler compreensivamente é condição necessária para poder aprender a partir dos textos escritos.

Segundo Isabel Solé, esses elementos para a aprendizagem da leitura permitem construir uma idéia da leitura como um processo de construção

- (A) coletiva, onde professores e alunos são aprendentes.
- (B) interativa, onde os alunos aprendem a aprender.
- (C) lento e progressivo, que requer intervenção educativa.
- (D) progressiva, em que a memorização é quesito fundamental.
- (E) mental, que depende do método para se obter sucesso ou não.

56. Assumir o controle da própria leitura, regulá-la, implica ter um objetivo para ela, assim como pode gerar hipóteses sobre o conteúdo que se lê.

Para Isabel Solé, a leitura pode ser considerada um processo constante de

- (A) interação, onde os alunos aprendem a ler coletivamente.
- (B) aprendizagem de novas palavras sob o controle do ensino de um professor.
- (C) identificação dos vários elementos gramaticais que compõem um texto.
- (D) decodificação das palavras, na tentativa de uma leitura seqüencial.
- (E) elaboração e verificação de previsões que levam à construção de uma interpretação.

57. Segundo Isabel Marques, uma das causas do *status* secundário (às vezes inexistente) da arte no currículo escolar brasileiro pode ser encontrada na

- (A) natureza da dança, que está impregnada da cultura nacional, como: o carnaval, as festas juninas, brincadeiras de roda e outras.
- (B) divisão entre o trabalho manual e o intelectual instaurada no país desde os primórdios da colonização.
- (C) forma da organização curricular das escolas, que sempre privilegiou o conhecimento sintético, sistêmico e científico.
- (D) origem da capoeira, dança restrita a pessoas negras que a utilizavam como forma de ócio e defesa pessoal.
- (E) opção da educação por modelos de ensinos tradicionais que priorizam a dança clássica em detrimento da dança popular.

58. A idéia de que 'dançar se aprende dançando' é, na verdade, uma postura ingênua (no sentido freireano) em relação aos múltiplos significados, relações, valores pessoais, culturais, políticos e sociais literalmente incorporados às nossas danças.

(Isabel Marques)

Uma postura crítica em relação ao ensino de dança engloba

- (A) expressão corporal; educação do movimento; movimento e criação; movimento e descontração; movimento e arte.
- (B) coordenação motora global; movimento; recursos metodológicos de aprendizagem.
- (C) diferentes modalidades e formas (como o balé clássico); produções artísticas (festivais de academia); propostas educativas.
- (D) aspectos e estruturas do aprendizado do movimento; disciplinas que contextualizem a dança; a possibilidade de vivenciar a dança em si.
- (E) danças de rua, danças de roda; capoeira; dança popular; coreografias; recursos educacionais.

59. Com frequência, se escuta dizer que 'os alunos não raciocinam', geralmente referindo-se às dificuldades que têm com a resolução de problemas.

(Cecília Parra e Irma Saiz)

Para as autoras, uma proposta didática possível a essa questão é

- (A) desenvolver habilidades e competências mentais como os jogos.
- (B) ensinar o cálculo mental porque eles influem na capacidade de resolver problemas.
- (C) possibilitar o desenvolvimento concreto-estruturante dos problemas.
- (D) realizar atividades lúdicas ao alcance do cálculo mental dos alunos.
- (E) criar situações problemas de acordo com a realidade de cada aluno.

60. Considere o cálculo mental apresentado abaixo.

$$5 + 3 + 4 + 7 + 6 =$$

$$5 + 10 + 10 = 25$$

$$4 \times 9 \times 25 =$$

$$19 \times 100 = 1900$$

Segundo Cecília Parra e Irma Saiz, o cálculo mental

- (A) desenvolve não só as habilidades necessárias ao estudo da matemática como também a todas áreas do conhecimento.
- (B) possibilita, ao aluno, descobrir a resolução de problemas matemáticos.
- (C) permite, principalmente, que a matemática ensine o uso dos algoritmos.
- (D) colabora, fundamentalmente, nos processos de transmissão e assimilação dos conhecimentos matemáticos.
- (E) aumenta o conhecimento no campo numérico e promove o raciocínio a respeito dos cálculos.



